



XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC)

La Comunicación como Bien Público Global:

Nuevos lenguajes críticos y debates hacia el porvenir

Buenos Aires, Argentina, 26 al 30 de septiembre de 2022

Organizan

- ❖ Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC).
- ❖ Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (FADECCOS).

Ponencia presentada al GT 14 – Discurso y Comunicación / Discurso e Comunicação

Teoria semiótica da explosão no contexto disruptivo dos sistemas democráticos do século XX.

Teoría semiótica de la explosión en el contexto disruptivo de los sistemas democráticos del siglo XX.

Semiotic Theory of Explosion in the Disruptive Context of 20th Century Democratic Systems.

Irene de Araújo Machado ¹

Resumo: Este ensaio examina como os discursos de dissenso contribuem para modificar situações históricas consolidadas em torno de regimes políticos consolidados. Para isso, focaliza dois momentos históricos distintos: a resistência dos negros escravizados no Brasil colonial no século XVI e a revolta do movimento dezembrista na Rússia no século XIX, em

¹ Irene de Araújo Machado. Universidade de São Paulo, Professora, Livre Docente, Brasil. irenear@usp.br

contraste com o atual contexto de democracia digital. Observou-se que tanto nos dois primeiros, sob o regime autocrático, quanto no atual contexto da democracia digital, as formas de dissenso introduzem instabilidades no curso da história e são capazes de modificar as relações políticas e as qualidades sensíveis das interações. . Os argumentos históricos e teóricos formulados são guiados pela análise dialógica dos discursos que se desenvolvem nas fronteiras culturais e provocam movimentos de explosão imprevisíveis.

Palavras chave: Dissenso, Discurso Político, História.

Resumen: Este ensayo examina cómo los discursos de dissensus contribuyen a modificar situaciones históricas consolidadas en torno a regímenes políticos consolidados. Para ello, se enfoca en dos momentos históricos distintos: la resistencia de los negros esclavizados en el Brasil colonial en el siglo XVI y la revuelta del movimiento decembrista en Rusia en el siglo XIX, en contraste con el contexto actual de democracia digital. Se observó que tanto en los dos primeros, bajo el régimen autocrático, como en el actual contexto de democracia digital, las formas de dissensus introducen inestabilidades en el curso de la historia y son capaces de modificar las relaciones políticas y las cualidades sensibles de las interacciones sociales. Los argumentos históricos y teóricos formulados se guían por el análisis dialógico de los discursos que se desarrollan en las fronteras culturales y provocan impredecibles movimientos de explosión.

Palabras Clave: Dissensus, Discurso Politico, História.

Abstract: This essay analyses how discourses based on dissensus contribute to modify consolidated historical situations around consolidated political regimes. For it, it focuses on two different historical moments: the resistance of the enslaved blacks in colonial Brazil in the sixteenth century and the revolution of the Decembrist movement in Russia in the nineteenth century, in contrast to the current context of digital democracy. It was observed that both among the first, under the autocratic regime, and in the current context of digital democracy, the forms of dissensus introduce instabilities in the course of history and are capable of modifying political relationships and the sensible qualities of social interactions. The historical and theoretical arguments formulated were guided by the dialogical analysis of the discourses that unfolded on cultural boundaries to lead to unpredictable movements of explosion.



Key words: Dissensus, Politic Discourse, History.

Apresentação do problema

Talvez possa parecer incongruência teórica introduzir o estudo de processos sócio-culturais disruptivos a partir de uma proposição já consensuada. Todavia, tal é o risco a ser enfrentado quando o objeto de estudo que concentra práticas de dissenso em discursos sócio-políticos já conquistou alguns conhecimentos sobre a natureza contingente do fenômeno que as constitui. Por isso não vamos ignorar aqui os estudos do discurso que, em suas diferentes frentes teóricas, organizaram, ao longo do século XX, conceitos e metodologias analíticas fundamentais sobre o caráter, as condições, a diversidade de sentido que práticas sócio-interativas colocaram em circulação.

Vivemos um momento no qual a proliferação de discursos em meios de comunicação colocou em regime de urgência demandas pela compreensão da produção de sentidos em circulação na vida pública do convívio cotidiano. Se é verdade que os meios de comunicação transformaram a vida planetária numa grande “aldeia global”, não é menos verdadeira a vivência que transformou os discursos de circulação em cadeias de sentidos que superam a diversidade de línguas por meio de outras esferas de enunciação. Esse é o caso dos discursos da comunicação política.

O presente ensaio é um exercício de reflexão sobre a produção discursiva em circulação na esfera sócio-interativa ampliada na expansão dos meios de comunicação em mídias digitais. Dirige sua atenção para um problema específico: as instabilidades pressupostas não do ponto de vista de consensos – artéria fundamental do convívio social



articulada em torno do bem comum sem o qual a experiência democrática não teria se instituído como marco civilizatório. Interessa-nos examinar o dissenso que atravessa os discursos do convívio social renovados em diferentes “sensibilidades políticas” (Barbero, 2003, p. 271). Foram formas de dissenso que se colocaram como problema para os estudos de discursos fundamentam o argumento da presente reflexão.

Para isso, o argumento se orienta pelos estudos do dialogismo formulados por M. M. Bakhtin (1998, 207-317). e nas tramas de relações dialógicas quando diferentes pontos de vista em diálogo se encontram. De outro, os estudos sobre os espaços semióticos de fronteira formulados por I. M. Lotman (1990, p. 123-142) que estendeu o diálogo para os encontros culturais de povos cuja diversidade linguística jamais se tornou impedimento para a comunicação.

Como expoentes do pensamento semiótico que se desenvolveu fora dos centros semióticos hegemônicos desenvolvidos no eixo francês e estadunidense, Bakhtin e Lotman viveram e produziram suas formulações teórico-conceituais sob o domínio de regimes políticos autocráticos, muito distintos das experiências e das lutas democráticas tais como aquelas desenvolvidas no ocidente. (Machado, 2019, p. 183-204). Isso não impediu o amadurecimento de percepções e sensibilidades para a produção discursiva que corre invisivelmente como discursos de dissenso e produzem instabilidades capazes de reverter o rumo da história. Devemos a Lotman (2022) a investigação sobre os mecanismos imprevisíveis da história que perturbam os rumos da história e provocam grandes explosões (Lotman, 1999) que só são perceptíveis quando a indeterminação se instala e suspende o curso gradual de uma suposta normalidade. É para essas insurgências históricas que se volta esse ensaio.



Três momentos da história política – um do Brasil, outro da Rússia e outro da cultura contemporânea – orientaram as reflexões de como formas de dissenso se articulam de modo imprevisível e desestabilizam fluxos de acontecimentos. O primeiro, remonta aos cem anos de vida do Estado livre de Palmares que os escravizados negros constituíram em pleno regime colonial no território brasileiro entre 1595-1695. O segundo, foi o que nos ofereceu Lotman em seu estudo sobre o movimento dezembrista, ocorrido na primeira metade do século XIX, em Petersburgo, e investiu contra o regime de servidão camponesa que sustentava o czarismo ao longo de séculos. O terceiro é o atual momento em que a chamada “cultura digital” – sustentada por um “capitalismo digital” – elegeu as mídias virtuais como redes de comunicação abaladas pela produção vertiginosa de dissensos que ameaçam as experiências democráticas do convívio sócio-político.

O que se segue é apenas a síntese de um estudo maior cujas implicações argumentativas excedem os limites dessa apresentação.

Relações dialógico-discursivas em domínios de confrontos

Para tratar das dinâmicas constitutivas do discurso de modo a abranger o campo e contracampo constitutivo do diálogo, Bakhtin se concentrou na análise da bivocalidade discursiva como interação cuja realização depende da presença de um “outro” – premissa elementar do conceito de dialogismo. Examinada em produções verbais literárias e jornalísticas, não deixou de ser observada em outras esferas enunciativas do discurso público. É esse o caso da situação histórica que deu corpo a essa reflexão.

As celebrações dos 200 anos da chamada independência do regime colonial português se desenvolve, no Brasil, como se o fato histórico a que se refere estivesse



fundamentado em argumentos históricos acima de qualquer suspeita. Todavia, submetidos à análise do campo enunciativo no qual se organiza, a bivocalidade discursiva se manifesta no contraponto de discursos com diferentes tonalidades e vozes veladas desmobilizam as narrativas solidamente edificadas em documentos com relatos dos feitos heroicos dos colonizadores portugueses. Um discurso de dissenso alcança episódios da história com relatos de algo que escapa ao consenso.

Um dos episódios não dimensionados na extensão de sua importância diz respeito ao deslocamento que marcou a expansão geopolítica da Europa ocidental para os territórios do continente americano. A apropriação do espaço delineou o primeiro gesto cultural de estabelecimento dos limites entre povos originários da Terra Brasilis e os limites do colonizador. Num jogo de relações invertidas, os colonizadores se autoproclamaram seres civilizados e, portanto, seres de cultura naturalmente superiores em relação às populações nativas, considerados “os outros”, indígenas, selvagens, cujos costumes, saberes, crenças e culturas só interessava quando revertidos em orientações para o domínio do continente “não domesticado”. Pelos relatos de consenso, a configuração desse espaço oculta comportamentos de resistência e confronto.

A própria comunicação foi revertida em espaço que separava os cultos dos incultos mas que, por força de imperativos da conquista, não podia impedir a realização de trocas comunicativas. A invenção das línguas crioulas como língua de contato foi uma das heranças deixadas como evidência dessas inversões. Além de evidenciar o caráter da relação entre “línguas mutuamente ininteligíveis” (COUTO, 1996, p. 18), as línguas crioulas confinaram seus falantes a uma condição de inferioridade, carregando para sempre a distinção como língua de cultura inferior, muito bem examinada por Franz Fanon (2008, p. 33-52). Tal relação entre comunicação e espaço (Machado, 2018, p. 58-75) permitiu a

6



geração de uma produção discursiva bivocalizada na qual o discurso do outro entra para a trama discursiva tornando o contato um ponto de tensionamento, ou melhor, fundar um “espaço semiótico de fronteira” (Lotman, 1990) de atração e refração, o que modifica o sentido da fronteira cultural tanto de inclusão quanto de exclusão (Lotman, 1996, p. 64). E o povo nativo tornou-se “estrangeiro”, destituído do direito de viver e cultivar suas próprias terras.

Um outro episódio que revela tensionamento como espaço de fronteira que a análise da bivocalidade discursiva nos permite alcançar é aquele em que o território habitado pelos povos tradicionais foi revertido em polos de geração de riquezas para o império português. Demandas econômicas impuseram a contratação de um amplo contingente de trabalho para o plantio e a comercialização de escravos na rota do Atlântico atendeu prontamente a esta demanda e, em meados do século XVI, começaram a chegar os povos negros escravizados para servir ao duplo sistema de exploração da terra e das pessoas. Esse povo constituiu aqui uma outra modalidade de estrangeiro subalterno. Temos configurado o espaço de fronteira no qual os confrontos se estabelecem no convívio entre populações distintas e delimitam com muita clareza espaços com dinâmicas distintas de exclusão, com uma “linguagem das relações espaciais” (Lotman 1996, p. 83) muito bem definida.

Para Lotman (1998, p. 97), a separação espacial é o marco implacável do dualismo de exclusão que tutelou a controvertida distinção entre natureza e cultura em nome da qual se consubstanciou a perversa dicotomia que distingue, na espécie humana, os homens das bestas. Decorre daí os “modelos classificatórios de espaço, a sua divisão entre *próprio* e *alheio* e a tradução dos variados vínculos sociais, religiosos, políticos, familiares” (Lotman 1996, p. 83). O conflito expresso pela “linguagem das relações espaciais” também foi



traduzido pelos colonizadores em termos de seu repertório, semeando nos solos descobertos as sementes que converteram os dissensos em consenso. Falácias, travestimentos enunciativos, contra-discursos e dispositivos a transformar o discurso em seu avesso estão na base das práticas discursivas de caráter político aqui desenvolvido. Duas delas se tornaram emblemática na conversão de contextos históricos em falácias que acabaram se transformando em mitos. São eles: o mito da democracia racial (Fernandes, 2003, 2008) e o mito da cordialidade (Holanda, 1976, p.101-112) – ambos escamoteados como discursos de “consenso” e tomados como magistras criações da “experiência democrática” que se constituiu por aqui.

Não restam dúvidas de que tais mitos contaminaram não apenas os vínculos sociais que subsidiaram tanto a formação da auto-imagem de representação do “povo brasileiro”, quanto a organização das relações discursivas em nosso território. Nada impede, porém, que sejam examinados do ponto de vista da bivocalidade que esconde um dos principais comportamentos da tensa relação entre colonizador, indígena e escravo. Estamos os referindo às lutas de resistência empreendidas pelos povos subjugados. Lutas que nasceram do dissenso em relação ao discurso dos colonizadores para quem a dominação se fez às custas da eliminação do outro pela exploração do trabalho. Um discurso que se manifestou em atos concretos que nem sempre são lembrados como fatos históricos.

Não obstante a força do poder dominante, a esfera do dissenso pode ter se rendido em termos de dominação, mas a produção discursiva não se rendeu, nem mesmo quando calada. No caso da escravização, desde o momento de captura nos povoados de suas etnias, os negros escravizados e tornados mercadorias rentáveis não deixaram de manifestar resistência e disposição para a luta por liberdade. A história dessa resistência não foi escrita pelas letras mas pelos atos de revoltas, rebeliões, suicídios, assassinatos. A



mais pungente “escrita” dessa história foi cravada no espaço geográfico no qual se fixaram escravos fugidos, em Pernambuco no período da conquista holandesa – o quilombo de Palmares.

Juntamente com a reconstrução, em solo brasileiro, de habitações originárias de seus povoados, sediadas em torno de palmeirais, fonte de trabalho, riqueza, e abundância, os palmarinos transformaram a terra em propriedade coletiva e os “negros de Palmares estabeleceram o primeiro Estado livre nas terras da América”, nos moldes da “organização social tradicional de antigos reinos africanos” (Munanga; Gomes, 2016, p. 75). Ao longo de um século de sua existência (1595-1695), os quilombolas foram pessoas livres mas renitentes em suas lutas. Seus protagonistas, homens e mulheres, fizeram daquele espaço um porta-voz de todo um discurso de liberdade, sem registros em palavras mas com atos concretos de uma arquitetura que a destruição do quilombo e de seu povo (mais de vinte mil pessoas) não conseguiu apagar e impedir de reverberar sob forma de ideias, resistências e lutas por liberdade, ecoando pelas gerações e pelos séculos, e parecem longe de serem silenciadas.

Apesar dos limites da abordagem aqui elaborada, pode-se inferir que, pelo viés da bivocalidade discursiva, o argumento histórico monológico, disseminado pelo discurso colonial, foi (e continua a ser) contestado por argumentos teórico-críticos. Se, por um lado, as lutas pela resistência a discursos monocráticos levaram ao extermínio seus protagonistas, por outro, os ideais de onde emergiram não deixaram de florescer em ideias que continuam a iluminar outras lutas. Sabemos que fio da história não pode ser recuperado e o vetor do tempo é irreversível. Todavia, nada garante que os comportamentos não sejam uma força dissipativa de eventos imprevisíveis quando processos de consciência despertam nos subalternos o sentimento de sua condição de



sujeito histórico. Ainda que regimes autocráticos insistam em converter protagonistas de lutas de resistência a seres “sem voz, sem luz, sem razão” – como cantou o poeta – o domínio da consciência reorganiza ideias capazes de gerar comportamentos e novas formas de resistência imprevisíveis. É o que aprendemos com Lotman quando examinou um episódio da história russa pelo viés da bivocalidade discursiva de discursos monocráticos que, lá como cá, ignoram as forças que movem fronteiras. (Lotman, 1984; 1990, p. 217-221).

Imprevisibilidades de movimientos explosivos

O olhar que Lotman dirigiu a fatos históricos narrados por discursos monocráticos estendeu a noção de relações dialógico-discursivas aos espaços culturais de fronteira cultural. Não a fronteira como espaço geopolítico de divisão e exclusão, mas como, limite cuja borda é permeável a deslocamentos de uma esfera para outra, uma espécie de região porosa que funciona como filtro. (Lotman, 1990). Nesse sentido, fronteira torna-se um ponto de inflexão de possibilidades e de contingências, mas dotada de um mecanismo de tradução que permite deslocamentos, sem, todavia, neutralizar confrontos.

Uma das interrogações que levou Lotman a examinar as fronteiras nas quais acontecem encontros culturais foi a própria definição da condição sócio-antropológica que impulsiona em direção ao outro. O que mais lhe interessava era entender porque uma cultura se faz necessária para a outra à revelia de todas as contradições que as distinguem (Lotman, 1996, p. 64) e, sobretudo, da intraduzibilidade de muitos de seus textos culturais. Em vez de uma resposta direta, Lotman se orientou a examinar mecanismos culturais que levam à inteligibilidade não só entre culturas como também de seus mais variados



processos comunicacionais. Dentre tais mecanismos, a imprevisibilidade se mostrou o mais desafiador, exatamente por ocorrer em fronteiras.

Levado a um outro lugar de pensamento, Lotman se concentrou na análise do modo como as interações discursivas acontecem em fatos históricos que surgem de encontros, choques e deslocamentos que ocorrem quando fronteiras são tensionadas. Examinando fatos históricos ocorridos nas fronteiras do czarismo alcançou lutas políticas cujo poder revolucionário permaneceu ignorado pela história oficial, caso do movimento dezembrista ao qual dedicou um longo estudo histórico de caráter semiótico-discursivo.

Surgido na Rússia czarista, na primeira metade do século XIX, o movimento cresceu de modo invisível na cidade de Petersburgo, apesar da notoriedade de seus idealizadores: nobres militares descontentes com a estagnação do Estado sustentado pela servidão que perdurava séculos com as bênçãos da Igreja. Reunidos em sociedades secretas, seguindo o modelo francês, o grupo contava com o apoio de intelectuais, poetas e jovens estudantes constituídos pela primeira geração de filhos de camponeses e por jovens bastardos. Habilidade em discutir com argumentos fundamentados em conhecimentos, os dezembristas aprenderam a construir planos estratégicos sobre as conjunturas sociais e políticas da sociedade russa. Transformavam com grande desenvoltura ideias em discursos e com eles testavam os alvos de suas críticas.

Com isso, no interior de uma sociedade aristocrata fortemente estruturada, fronteiras discursivas ganham contornos de luta contra o poder hegemônico do Estado e da Igreja. Uma luta cognitiva de caráter discursivo para ser propagada nas mais distintas cenas sociais em que eram enunciados, em viva voz, as explorações e abusos czaristas. Onde houvesse oportunidade, nas reuniões secretas, nos salões sociais, nas ruas e nos espaços públicos de circulação, os oradores atacavam com seus discursos. Criaram, assim, um elo



de ligação entre classes sociais, tornando-se porta-vozes das ideias sobre as contradições internas do regime czarista fundado na servidão escrava dos camponeses. Redes de comunicação sem fio e sem eletricidade bateram nos ouvidos dos camponeses mas ecoaram com vigor de efetiva ação política nas mentes de seus filhos – representantes da primeira geração de servos emancipados e dos filhos bastardos a entrar para a universidade.

Esse é o quadro que aglutinou uma intensa movimentação de ideias e discursos que encontrou no episódio da morte do czar Alexandre I, ocorrida em 1º de dezembro de 1825, ocasião favorável à rebelião. Os revoltosos não apenas exigiam o cumprimento das reformas não cumpridas como vislumbraram a possibilidade de um recrudescimento com a possível ascensão de Nicolau, o último da linha sucessória ao trono. Insurgindo-se contra tal coroação, organizaram um levante para o dia 14 de dezembro na praça do Senado em Petersburgo. Sem o comparecimento do contingente previsto, o exército revolucionário foi esmagado pela guarda imperial com mais de vinte mil homens. Os combatentes foram mortos e os poucos sobreviventes foram condenados ao exílio na Sibéria. O levante foi massacrado e os dekabristas se tornaram protagonistas da conspiração que entrou para a história oficial como prova do poder invencível do Estado czarista.

Para Lotman (1984, p. 81), há um outro lado. Os dezembristas aprenderam a construir, em suas reivindicações políticas e comportamentos em que os discursos eram entoados para serem ouvidos, despertando a consciência para atos políticos. O uso das palavras que são referências diretas foi uma estratégia que ousou nomear as condições distintivas das classes sociais, separando o que se reserva aos servos e o que é apenas de seus opressores. Gestos verbais dessa natureza, foram suficiente para explicitar a força das ideias que procuravam mostrar que somente o ato político poderia libertar o homem de



sua servidão e desencadear processos de transformação social. (Lotman, 1984, p. 83). Com isso, para Lotman, os dezembristas desenvolveram um comportamento semiótico-discursivo que colocava em circulação significados ético-políticos de situações cotidianas. (Lotman, 1984, p. 85).

A sementeira das ideias mostrou a potência na mudança de rumo da história que nunca mais correu nos mesmos trilhos. Possibilidades de perturbações do regime criaram um sistema de alerta que explodiu na virada do século.

Explosões democráticas na cultura digital

Eventos insurgentes gerados, amadurecidos em silêncio e capazes de explodir de modo imprevisível desestabilizando um curso de gradualidade foram objetos dos estudos semióticos de Lotman que resultaram na formulação de sua teoria da explosão. Reúne investigações sobre os mecanismos da cultura a partir de ocorrências históricas que, no interior de sua marcha gradual e supostamente linear, são surpreendidas por acontecimentos que interrompem seu fluxo gerando períodos de instabilidades com grandes perturbações.

Movimentos de resistência como aqueles examinados aqui correm o risco de firmar a ideia de que formas de dissenso se desenvolvem apenas no interior de regimes políticos autocráticos e que, uma vez conquistada a democracia, surge a normalidade e os processos históricos seguem o fluxo de uma normalidade. Nada parece mais falso, se considerarmos as condições das democracias atuais, atacadas por instabilidades políticas que se acirraram ao longo do século XX e chegaram ao paroxismo no século XXI, que coloca em questão a



força e eficácia do próprio debate sobre democracia. Ameaças de crises e mortes são o vaticínio do momento.

Historiadores, filósofos, cientistas sociais insistem com muita propriedade que, qualquer reflexão sobre experiências do comum não se realizam senão sob uma perspectiva crítica orientada por constantes transformações de sentido e “redefinições semânticas” (OLIVEIRA, 2018, p. 177). Formas democráticas de organizar sistemas políticos de convívio comum nunca se libertaram da impossibilidade de “exercício compartilhado de poder por *todos* os cidadãos” (Oliveira, 2018, p. 281). Dilema assentado nas contradições internas desse exercício. Tal é o pressuposto que convocamos ao diálogo como exercício sobre a crise das democracias tal como a experimentamos nesse primeiro quartel do século XXI. Para isso, recorreremos ao crítico do ensaísta, professor e compositor José Miguel Wisnik (2021).

Ao lançar um olhar sobre a engrenagem dos processos discursivos contemporâneos, Wisnik entende a constituição de um regime de urgência no curso das relações democráticas. Sob o domínio do que tem sido considerado democracia digital na qual a suposta crença de uma interação igualitária, pressupostos básicos de princípios democráticos e republicanos são colocados sob suspeita. Além de reverter o caráter da relação entre o EU e o OUTRO, subverte a natureza das interações, introduzindo uma dimensão de realidade de outra qualidade sensível. Wisnik entende que tal investida constrói um quadro de relações no qual novos atores políticos – as criaturas anônimas que se manifestam em redes sociais – colocam em circulação enunciados de duvidosa caracterização. Enunciados que denunciam o quanto os enunciadores estão apenas desempenhando papéis que não correspondem às experiências pessoais dos envolvidos em suas ações cotidianas, seus sentimentos e suas sensações.

Na verdade, trata-se de evocações de um “outro” que não passa de uma camuflagem do real agente da enunciação: a esfera dos interesses político-econômicos. Em vez de experiências sensíveis, as interações processadas criam um fenômeno que Wisnik denominou “ficcionalização da vida humana”. Quer dizer, os atores políticos deixam de ser porta-vozes de seus próprios discursos e passam a agir como veículos do discurso de outrem, uma espécie de “ventríloquos”. Tanto o discurso quanto os atores se convertem em meros factoides. Com isso, a ficcionalidade entra para a vida comum e muda radicalmente, os termos das relações interativas.

O raciocínio de Wisnik alerta para o fato de que tais factoides não são apenas enunciados falsos, mas elaborações de um enunciador que se assume como factóide político. Para abarcar a complexidade desse estranho travestimento, Wisnik examina o arbítrio da ficção que aí se manifesta.

Diferentemente da ficção cuja inverossilhança é consentida no pacto da leitura, o travestimento do factóide político atua em consonância com a “faccionalização” que, para Wisnik, abarca a reprodução contínua de comportamentos emblemáticos de uma determinada facção. Nesse sentido, trata-se de um jogo contrário ao da invenção praticada em narrativas ficcionais. Na literatura, a ficção permite ao leitor vivenciar um outro; na faccionalização, impede de penetrar no espaço daqueles que recusam qualquer versão do mundo que não seja a de sua facção.

A ficcionalidade da vida assentada na faccionalização dos discursos se tornou a questão fundamental da política, infere Wisnik. Em vez de promover a discussão sobre o real, instaura o debate sobre o caráter ficcional de que se investiram as realidades com a impossibilidade de aceitar o outro e com ele construir um vínculo de empatia. A perda da capacidade humana de viver mundos possíveis e de interagir com o outro pela linguagem



significa, em última análise, a perda da capacidade dialógica na qual o diálogo é o elo da relação— a porta de entrada para a possibilidade de viver outros mundos. Tudo porque o dissenso foi banido da esfera das relações.

Evidentemente que estamos diante de um problema constante do debate sobre as “sociedades digitais” decorrentes das transformações do “capitalismo digital” amparado no ainda incerto regime da “democracia digital” (Gomes, 2007). Se, num passado não tão distante, a troca de sinais codificados já foi confundida com discurso social, no domínio dos algoritmos o protagonismo é assumido pelos códigos em processamentos restritos à esfera de poder hegemônica, o que o afasta de uma forma dialógico-discursiva. Tal processo de codificação algorítmica parece refratário ao campo de produção discursiva, o que não deixa de ser pertinente ao debate que circunscreve o problema de nosso ensaio, embora extrapole o limite do espaço discursivo que temos para incorporá-lo à presente reflexão.

Bibliografía

- BAKHTIN, M.M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- COUTO, Hildo H. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: UnB, 1996.
- FANON, F. O negro e a linguagem. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 33-52.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. O mito revelado. *Revista Espaço Acadêmico*, n.26, 2003.
- _____. Racismo e cordialidade. *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 1995, p. 1.2.
- GOMES, W. Democracia digital: Que democracia?. *Encontro dos Pesquisadores em Comunicação e Política*. Rio de Janeiro, 2007.
- HOLANDA, S. O homem cordial. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- LOTMAN, I.M. *Cultura y explosión*. Barcelona, Gedisa, 1999.
- _____. *La semiosfera I*. Valencia: Frónesis, 1996.



- _____. *La semiosfera II*. Valencia: Frónesis, 1998.
- _____. *Mecanismos imprevisíveis da cultura*. São Paulo: HUIITEC, 2022.
- _____. *Universe of the Mind*. Bloomington: Indiana University Press, 1990.
- _____. The Decembrist in Every day Life. *In: LOTMAN, Ju.M.; USPENSKIJ, B.A. The Semiotics of Russian Culture*. Michigan: Ann Arbor, 1984, p. 71-124.
- MACHADO, I. Fronteiras e limites: encontros e choque de culturas no processo de crioulização semiótica. *Intexto*. Porto Alegre: UFRGS, n. 37, p. 58-75.
- _____. Semiótica como resistência no contexto da semiosfera latino-americana. *Matrizes*. São Paulo: USP, v. 13, n. 3, 2019, p. 183-204.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- OLIVEIRA, F.R. Democracia desdemocratizada [Undemocratized democracy]. *In: A poiesis da democracia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2028, p. 273-293.
- WISNIK, J.M. *Incertezas Críticas*. São Paulo: Canal Curta, 2021. Documentário, Direção Daniel Augusto. Acesso: Netflix.